



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	4923/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Boituva
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE BOITUVA
Período	12/2016
Relator	Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora	UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA
Responsável	VALDIVINO ANTONIO MARCUSO
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	030.421.348-90
Período de Gestão	18/07/2015 a 31/12/2016

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	12	2016

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE BOITUVA	R\$ 0.00	R\$ 7.357,00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE BOITUVA	R\$ 0.00	R\$ 6.730,00	R\$ 627,00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE BOITUVA	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 7.354,05

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2015	R\$ 1.738.994,01	R\$ 176.058.863,07	0,9877%	6,0000%
4/2016	R\$ 1.814.517,34	R\$ 174.511.293,46	1,0398%	6,0000%
8/2016	R\$ 1.901.176,19	R\$ 172.257.038,62	1,1037%	6,0000%
12/2016	R\$ 1.967.389,47	R\$ 171.080.408,62	1,1500%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 1.859.572,07	R\$ 173.305.455,98	1,0730%	1,0730%

7/2016	R\$ 1.881.526,79	R\$ 173.217.895,12	1,0862%	1,0730%
8/2016	R\$ 1.901.176,19	R\$ 172.257.038,62	1,1037%	1,0730%
9/2016	R\$ 1.923.589,22	R\$ 170.043.250,60	1,1312%	1,0730%
10/2016	R\$ 1.928.838,56	R\$ 169.596.023,18	1,1373%	1,0730%
11/2016	R\$ 1.953.647,46	R\$ 171.999.686,12	1,1358%	1,0730%
12/2016	R\$ 1.967.389,47	R\$ 171.080.408,62	1,1500%	1,0730%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,1500%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2016, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 78.241,77
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 35.770,41
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 42.471,36
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 0,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 0,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-100,0000%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar</u>				

<u>Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 7.357,00	R\$ 0,00	R\$ 7.357,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 353.342,34	R\$ 353.342,34	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 15.870,54	R\$ 15.870,54	R\$ 0,00
Outros	R\$ 210.252,93	R\$ 2.913.304,47	R\$ 2.846.490,39	R\$ 277.067,01
Total	R\$ 217.609,93	R\$ 3.282.517,35	R\$ 3.223.060,27	R\$ 277.067,01

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 26/05/2017
Hora da Geração: 09:05:34